

**Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho:
trajetória, reconhecimentos e desafios**

Karine Georg Dressler¹

Resumo

As práticas e as ações de uma instituição podem ser mais facilmente percebidas e compreendidas ao conhecermos sua origem, trajetória e a história. O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura, tem suas raízes nos atos legais datados do século XIX, assim como o Arquivo Municipal de Porto Alegre, esse subordinado à Secretaria Municipal de Administração. As atividades de cunho arquivístico desenvolvidas pelos dois arquivos municipais ocorrem de forma independente. O foco desse trabalho é o Arquivo Histórico de Porto Alegre, suas atividades e serviços ofertados à população do município. Ocupando dois casarões construídos no final do século XIX, é a instituição responsável pelo recolhimento, arranjo, organização, descrição, conservação, custódia da documentação histórica do município e principalmente, da disponibilização de seus acervos ao público usuário. A instituição desenvolve, ainda, o Programa de Educação Patrimonial, buscando através dos projetos em prática, a sensibilização da sociedade à conservação e à preservação dos bens patrimoniais. Os principais acervos custodiados pela instituição têm proveniência nos poderes Legislativo e no Executivo Municipal, um fundo privado, uma hemeroteca e uma biblioteca, todos disponíveis à pesquisa. Seus acervos estão acondicionados em uma construção anexada a um dos chalés, projetado conforme recomendações internacionais para conservação de acervos permanentes. O espaço possui controle de umidade relativa do ar e de temperatura, com equipamento ligado durante 24 horas, e controle de luminosidade. O mobiliário existente e o material de acondicionamento utilizados favorecem, da mesma forma, as ações de conservação preventiva. Atividades de restauro são desenvolvidas no Laboratório de Restauração que possui equipamentos próprios às ações de higienização e recuperação dos documentos degradados. Com grandes desafios a enfrentar favoráveis à implantação de práticas de gestão de documentos de arquivos na esfera municipal, o Arquivo Histórico de Porto Alegre recebe, a cada ano que passa, o reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos no cumprimento de suas responsabilidades de instituição pública e no exercício da democracia.

Palavras-chave: Arquivo Público, Arquivo permanente, Educação Patrimonial, Conservação

Abstract:

Practices and actions from one institution can be more easily realized and understood when we know its origin, trajectory and history. The Arquivo Histórico de Porto Alegre "Moysés

¹ Diretora do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Presidente da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul AARGS, Professora do Curso de Arquivologia da UFRGS 2002-2004, Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria
kgdressler@yahoo.com.br

Vellinho", linked to Secretaria Municipal da Cultura, has its beginning on legal acts from Century XIX, as well as the Arquivo Municipal de Porto Alegre, subordinated to Secretaria Municipal de Administração. The archive's activities developments by Archives Institutions have happened to independent ways. The article focus is the Arquivo Histórico de Porto Alegre "Moysés Vellinho", its activities and services to offer for municipality population. Taking up two chalets built on Century XIX ending, it's responsible institution for transfer, arrangement, filing, description, preservation, custody the historical documentation from municipal and mainly, to get available its holdings for user public. The institution has been developed Program to Heritage Education, it's been proposing, through its projects in practice, to make people aware of the preservation to heritage. The mainly holdings by the institution have provenance from Legislative and Executive Municipal Powers, private records, journal collections and a library, all holdings are disposable to research. Its holdings have kept in a building annex to one of the chalets, it's projected according international rules for historical archives preservation. The place has relative humidity and temperature control, with equipment turns on for 24 hours a day, and the light control. The furniture and packaging favor, the same way, the preservation actions. Restorations activities have been developed on Restorations Laboratory that has equipments to cleaning and recuperation of damaged documents. With big challenges that would be face in favor of records management practices implementation on municipal administration, the Arquivo Histórico de Porto Alegre receives, more and more, the recognition in developed works relating to public institution responsibilities and in democracy exercise.

Key-words: public archive, historical archive, Heritage Education, preservation

1 A instituição

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho é a instituição vinculada à Secretaria Municipal de Cultura responsável pelo recolhimento, arranjo, descrição, conservação e custódia da documentação permanente do município de Porto Alegre. Sua criação oficial ocorreu em 1988, com a criação da mencionada secretaria, estando subordinado a Coordenação da Memória Cultural. Porém, já na primeira metade do século XIX são encontradas deliberações da Câmara Municipal referentes à organização da documentação arquivística.

O acervo da instituição remonta ao ano de 1764, sendo constituído por documentos provenientes dos poderes Legislativo, do Executivo, Administração Direta e Indireta, por fundos privados e, ainda, por acervos complementares: a Hemeroteca, Legislação e Biblioteca.

Além das atividades de tratamento documental, o atendimento ao usuário é prioridade na instituição. O público recebido é bastante diversificado, tanto na formação e

localidade de origem quanto em relação à faixa etária e nível social. Tendo como público alvo crianças e adolescentes em idade escolar, os projetos que compõem o Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico buscam despertar nesses a sensibilização à preservação do patrimônio, através de oficinas e vivências lúdicas, num contato direto com a instituição, seus elementos constitutivos e seus acervos.

A instituição está instalada em local privilegiado: um sítio de área verde com mais de 5.000m², com vegetação abundante e diversificada, ocupando casarões do final do século XIX, assim definido na Lei nº 6.558, de 19 de dezembro de 1989, que “dispõe sobre o tombamento dos prédios originais ex-Grupo Escolar Apeles Porto Alegre” e propõe sua “recuperação para abrigar o Arquivo Histórico de Porto Alegre”. O espaço está listado no patrimônio histórico do município, reciclado no período de 1991 a 1994, ano em que a instituição foi transferida ao local definitivo. A fim de melhorar as condições de guarda e acondicionamento dos acervos, em 1999, um anexo foi construído junto a um dos chalés, projetado conforme necessidades de conservação e com climatização adequada.

As atividades referentes ao protocolo e à microfilmagem competem ao Arquivo Municipal, subordinado à Coordenação de Documentação da Secretaria Municipal da Administração.

A existência de duas instituições arquivísticas, vinculadas a secretarias distintas, dificulta o desenvolvimento e a implantação de práticas em prol de políticas e de um sistema de gestão de documentos na municipalidade. Conforme pesquisa realizada nas fontes existentes no Arquivo Histórico, quais sejam, os documentos dos fundos do Legislativo e do Executivo Municipal, a formação das duas instituições será explanada.

2 Trajetória

Os primeiros registros referentes à organização de arquivos e de documentos aparecem na correspondência da Câmara Municipal de Porto Alegre no ano de 1830, em consequência a uma demanda do Imperador. Após onze anos, um profissional é contratado para realizar a escrituração da documentação. Em análise da documentação, percebe-se que preocupações com meios de guarda e conservação dos acervos são assuntos constantes dos atos e documentos normativos, também no Poder Executivo Municipal.

No ano de 1896, através do "Acto nº 9", de 15 de junho, fica aprovado o regulamento da Secretaria da Intendência, que regulamenta sua estrutura e as respectivas atribuições dos órgãos. Com esse ato, o Diretor da Diretoria Central tem como uma de suas competências "Inspeccionar o Archivo da Intendencia", conforme prevista no §5º do artigo 21. A presença de um servidor responsável pelo "Archivo" no quadro funcional é definida no artigo nº 33, quando a ele são dadas as seguintes competências:

§ 1º - Receber, emassar e rotular todos os documentos que lhe forem entregues;

§ 2º - Mandar encadernar os jornais, relatórios, mensagens, leis e mais papéis que o Diretor da Diretoria Central designar;

§ 3º - Fornecer, mediante recibo em livro especial, os documentos que lhe forem pedidos pela Diretoria;

§ 4º - Catalogar todos os livros e documentos pertencentes ao Arquivo;

§ 5º - Passar, com autorização do Intendente, as certidões que houverem de ser extraídas de livros e documentos arquivados.

Esse "arquivista" fica diretamente subordinado ao Diretor da Diretoria Central, conforme determinado no artigo subsequente desse mesmo ato.

Novos Atos, agora datados no século XX, nomeiam e delegam competências ao arquivista, como o artigo 20 do Ato nº 23, de 05 de outubro de 1919 e o Ato nº 284, de 17 de fevereiro de 1925, que regulamenta os vencimentos de funcionários, entre esses, dois "arquivistas", estando lotados na Diretoria do Expediente e na Procuradoria Municipal.

Passados três anos, modificações na estrutura municipal são formalizadas através do Decreto nº 145, de 27 de julho de 1928, que "cria a Biblioteca e reorganiza o Arquivo Municipal". Com esse decreto, fica determinado pelo Intendente que "os documentos, livros e demais papéis do Arquivo do Município requerem uma organização e catalogação sob novos moldes, no intuito de fornecer rápidas informações ao público". Neste período, registros frequentes quanto às condições de conservação e de preservação dos acervos são encontrados, bem como de higiene dos locais de guarda.

Com o Plano de Reorganização Administrativa, regulamentado pela Lei nº 1.413, de 11 de junho de 1955, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca é transformada em Serviço de Documentação e é criada a Secção de Comunicação e Arquivo, estando ambas vinculadas ao Departamento de Administração do município. Conforme definido no artigo nº 25, cabem, à Secção de Comunicação e Arquivo, atividades de protocolo, tais como recebimento, registro, distribuição, emissão de correspondência, préstimo de informações e controle do fluxo documental, estando explicitado no § 9º as seguintes competências "arquivar os processos, livros e outros documentos provindos dos demais órgãos da

Prefeitura". Ao Serviço de Documentação, dentre outras atividades descritas no artigo nº 31, destacamos "§ 5º manter e administrar uma biblioteca especializada a qual terá também sob sua guarda a documentação histórica do Município".

Em análise das competências de cada uma das áreas criadas, podemos identificar um corte no acervo do arquivo municipal, conforme estabelecido pelos artigos dessa lei, quando documentos considerados de valor histórico foram separados dos demais, ficando sob custódia da biblioteca. A partir de então, passam a existir, formalmente, duas instituições com competências voltadas ao trato e a guarda de documentos de arquivo.

O Serviço de Divulgação Histórica, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, foi criado em 08 de março de 1968, área onde permaneceu a maioria dos documentos de interesse histórico da cidade. Com o processo interno nº 38976, iniciado em 20 de junho de 1968, fica formalizada a transferência da documentação existente na Divulgação Histórica, do Setor de Documentação, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Com o ofício nº 014/68, tratativas foram iniciadas para decidir quais documentos seriam transferidos e de que forma aconteceria o trâmite entre as secretarias. A efetivação da transferência aconteceu em junho de 1969, quando o processo foi dado por encerrado.

O Arquivo Histórico de Porto Alegre separa-se definitivamente do Serviço de Divulgação Histórica no ano de 1975, permanecendo vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura até 1988, quando é criada a Secretaria Municipal de Cultura, através da Lei nº 6.099, de 03 de março. Conforme definido nessa lei, o Arquivo Histórico da Cidade de Porto Alegre fica vinculado à Coordenação da Memória Cultural, sendo designado como seu "equipamento". No ano seguinte, a Lei nº 6.387, de 11 de abril, "dá o nome de Moysés Vellinho ao Arquivo Histórico de Porto Alegre".

Com a promulgação da lei, no final desse mesmo ano, em prol do tombamento das casas do ex-Grupo Escolar Apeles Porto Alegre para sediar o Arquivo Histórico, as obras de restauro de uma das casas do complexo, a Casa 02, tiveram início em 1991. Em 24 de outubro de 1994 a nova sede é inaugurada, espaço esse definitivo para a instituição. Frente à necessidade de melhorias das condições de guarda do acervo, um anexo a esta casa foi construído em 1999, obedecendo a recomendações para conservação e guarda de arquivos permanentes.

O processo de reciclagem e restauro da chamada "Casa 01" teve início com a reivindicação da população do bairro no Orçamento Participativo da cidade. Uma de suas demandas foi a recuperação do espaço para a instalação de um Centro Cultural no Arquivo Histórico de Porto Alegre, visando sanar as necessidades institucionais para realização de

eventos e desenvolvimento de atividades e de projetos de educação patrimonial e, principalmente, suprir a carência regional de um espaço para realização de atividades culturais do bairro. O Centro Cultural funcionou no período de 2002 a dezembro de 2004, quando a Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural, EPAHC foi transferida para o espaço, em caráter provisório, permanecendo até então.

3 O fazer atual

Na atual estrutura administrativa, compete, a duas secretarias, o desenvolvimento de atividades que circundam o fazer arquivístico que ocorrem, porém, sem que haja uma sistemática ou uma interação entre as secretarias e instituições.

Conforme publicado no Manual do Servidor (2005), a Secretaria Municipal de Administração "administra a documentação oficial do município, conservada no Arquivo Municipal, devidamente controlada e numerada pelo Protocolo Central, e realiza a triagem e microfilmagem dos papéis oficiais" (p.14). A microfilmagem está regulamentada pelo Decreto nº 12.510 de 04 de outubro de 1999, não estando tais atividades, reprodução de documentos e protocolo, inseridas numa sistemática de gestão, além da inexistência de um Plano de Classificação de Documentos.

Com relação à Secretaria Municipal da Cultura, o tratamento documental vincula-se à custódia e à conservação dos acervos permanentes do município; segundo informado no mesmo manual, essa secretaria "preserva a herança cultural de Porto Alegre, por meio da pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico, e pelo resgate permanente e arquivamento da memória da cidade" (p.16). Nesse contexto, o Arquivo Histórico de Porto Alegre é a instituição responsável pela guarda e conservação da documentação histórica do município, através das ações de organização, conservação e restauração de seus acervos, pelo desenvolvimento de ações de educação patrimonial e, principalmente, pelo atendimento ao público usuário de seus acervos.

Inserido nessa realidade, de inexistência de uma política de gestão de documentos na municipalidade, o Arquivo Histórico de Porto Alegre desempenha atividades que, conforme estabelecido na literatura arquivística, não são de competência de uma instituição que custodia acervo arquivístico permanente.

Podemos dividir as atividades desempenhadas na instituição em quatro segmentos distintos: tratamento arquivístico, atendimento ao público, educação patrimonial e gerenciamento administrativo, que serão explanadas a seguir.

As atividades de tratamento e organização dos acervos são desempenhadas por um Técnico em Cultura e por estagiários de Arquivologia, com acompanhamento direto da Direção, englobando a seleção e a classificação de documentos, num primeiro momento, posteriormente, atividades de ordenação, acondicionamento e, finalmente, a disponibilização ao usuário. A documentação foi organizada mediante a realização de uma pesquisa sobre a evolução administrativa da Prefeitura de Porto Alegre, tendo como principal critério, o respeito à proveniência documental, que conforme BELLOTTO (2004), é o "princípio fundamental da arquivística no âmbito dos arquivos permanentes".

Dessa forma, toda documentação custodiada pelo Arquivo Histórico está disposta no quadro de arranjo da instituição, sendo esse instrumento disponibilizado para utilização do usuário.

Justificamos a realização das atividades de classificação e seleção documental pelo fato de que os documentos recebidos pelo arquivo não passam por qualquer tratamento arquivístico anterior, sendo necessário o desenvolvimento de tais atividades pela equipe do Arquivo Histórico. A autora citada anteriormente nos afirma que "o importante é que o princípio que norteia a classificação no âmbito dos arquivos correntes - a obediência às atividades e às funções do órgão produtor - não se perca". Os mesmos preceitos buscam ser mantidos nas atividades de classificação desenvolvidas pela equipe de trabalho do Arquivo Histórico.

O termo seleção é aqui utilizado em função do processo de avaliação documental requerer condições diferenciadas daquelas que ora estão em prática. Assim, materiais e documentos não arquivísticos são eliminados, da mesma forma que originais múltiplos e cópias xerográficas, geralmente recebidos em grande quantidade.

O acervo da instituição é constituído por documentos provenientes do Legislativo, do Executivo, Administração Direta e Indireta, e de Fundos Privados. O fundo Executivo possui 24 sub fundos, sendo que alguns desses, compreendem funções e atividades que não são mais de competência do Executivo Municipal, não recebendo mais acréscimos à documentação.

A maioria da documentação refere-se à criação e ao desenvolvimento do município de Porto Alegre, apresentando-se no formato textual, cartográfico, com cerca de 7.000 unidades de plantas e mapas, iconográfico, com pôsteres e cartazes, além de fitas VHS

e cds. O acervo custodiado soma, aproximadamente, 1.400.000 unidades documentais. A tabela a seguir resume informações dos acervos custodiados e suas datas limites:

Fundo		Período
Legislativo:	Câmara Municipal / Conselho Municipal	1764-1937
Executivo	Administração Centralizada	a partir de 1892
Administração Descentralizada	Autarquias, fundações e serviços paraestatais	1872-1979
Privados	Francisco Xavier da Costa	1905 - 1982

A documentação está descrita em diversos instrumentos, sendo esses: guia, inventários e catálogos, além de outros mecanismos de busca que facilitam o acesso à documentação, estando todos disponíveis à consulta dos usuários. O Fundo Legislativo é o que possui o maior número de instrumentos de pesquisa elaborados e publicados, em função desse ser o fundo mais antigo, com grande frequência de consulta, requerendo, por tais motivos, de estratégias mais eficazes de conservação. O primeiro instrumento publicado foi em junho de 1976, chamado de Instrumento de Trabalho do Arquivo Histórico, com o título de "Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores, 1764-1846 e 1804-1879", da coleção Cadernos SMEC, nº 2. Em 22 de setembro de 1979, o Decreto nº 6971, institui os "Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre". A partir de então, foram publicados sete volumes dos Anais do Arquivo Histórico, posteriormente denominados Catálogos, publicados até o volume número XV.

Em 1997, a primeira edição do Guia da instituição foi publicada. Desde o ano de 2007, um profissional arquivista foi contratado para o trabalho de revisão e ampliação desse instrumento, agora com a utilização da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE na descrição dos fundos custodiados. O lançamento da publicação está prevista para o segundo semestre do ano em curso.

A instituição também custodia uma importante hemeroteca constituída por jornais e revistas de circulação em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, datados desde 1835, além de uma coleção de recortes com mais de 17.000 unidades. Esse acervo é muito solicitado pelos usuários, pois possui exemplares bastante raros ou únicos, sendo, desta forma, alvo de monitoramento constante em prol de sua conservação. Em 2003, uma publicação específica à hemeroteca foi lançada "Acervos – Hemeroteca: Jornais, Revistas, Almanques". Nos últimos anos, exemplares do final do século XIX e início do século XX do jornal A Federação foram restaurados e reencadernados, tornando-se novamente disponíveis à utilização do público.

A Sala de Pesquisa divide o espaço com a Biblioteca, essa constituída por obras que permeiam a história de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil, Arquivologia, Educação Patrimonial e Cultura. No mês de abril de 2007, a Coleção Walter Spaldin, passou a integrar a biblioteca, constituída por 2.034 livros datados desde metade do século XIX. A partir do recebimento do acervo, um profissional bibliotecário foi contratado para o desenvolvimento do tratamento técnico necessário à coleção. Em análise à documentação, na busca de informações sobre origem e trajetória da instituição, encontramos o Decreto nº 4, de 04 de janeiro de 1940, que nomeia o bibliotecário Walter Spaldin diretor da Diretoria do Arquivo e Biblioteca, onde permanece por mais de 20 anos. O último relatório encontrado no acervo do Arquivo Histórico assinado pelo mesmo é de 10 de janeiro de 1961, relativo ao exercício de 1960.

Ações preventivas de conservação são constantes na instituição. Toda documentação é higienizada, ficando livre de objetos de metais, tais como clips, grampos e presilhas, de adesivos e sujidades antes de ser acondicionada em material neutro e ingressar ao acervo. Os documentos que necessitam de intervenção ou reparos são encaminhados ao Laboratório de Restauração da instituição. O laboratório está instalado no subsolo da Casa 2, estando equipado com uma máquina higienizadora, uma máquina obturadora de papéis, MOP G, e uma secadora de documentos, além dos materiais próprios para restauração. As atividades de restauração, incluindo os equipamentos e materiais utilizados, ficam a critério e sob a responsabilidade de profissional contratado para tal, visto a inexistência desse no quadro funcional da instituição. Assim, também a identificação dos acervos que necessitem de intervenção, em consenso com a Direção, mediante a realização e apresentação de diagnóstico que justifiquem os procedimentos.

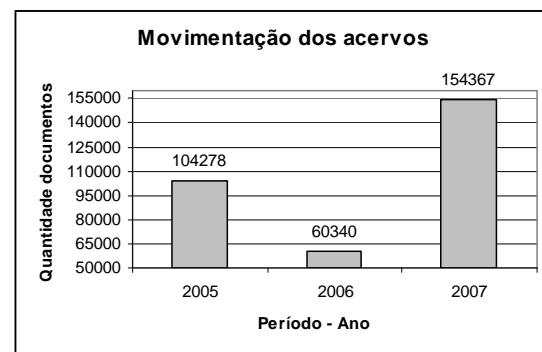
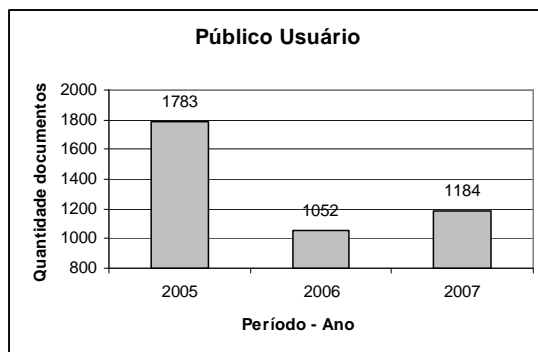
Consoante às medidas preventivas, o prédio onde o acervo está acondicionado foi construído especialmente para tal, ou seja, sua edificação seguiu recomendações internacionais específicas para prédios cuja função é a guarda de documentos permanentes, estando anexado à Casa 02 do complexo. A área total do prédio é de 192,64 m² distribuídos entre uma parte térrea e um mezanino. Possui ambiente climatizado por dois aparelhos que funcionam ininterruptamente, para manutenção da estabilidade da temperatura e da umidade relativa do ar, auxiliando, desse modo, a minimizar a degradação dos suportes e a controlar a propagação de pragas e microorganismos. O controle da incidência de luz solar ocorre pela projeção das aberturas, feitas de forma a não permitir que atinja diretamente o acervo. A disposição interna das estanterias e das mapotecas permite a livre circulação do ar, buscando proporcionar condições, as mais adequadas, para o manuseio da documentação. O anexo

está também devidamente guarnecido dos equipamentos de prevenção de incêndio, aspecto de extrema importância para o caso de sinistro.

Os documentos com danos sofridos ou deteriorados são os únicos que apresentam restrições à consulta, devido à precariedade do suporte e risco de perda da informação, retornando de imediato à consulta quando recuperados.

Todo o acervo custodiado na instituição é de livre acesso ao público usuário, sendo esta a principal finalidade de um arquivo público em fase permanente, conforme artigo nº 22 da lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, "é assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos". O atendimento ao usuário ocorre concomitantemente com o período de funcionamento da instituição, estando também, disponíveis à pesquisa, os acervos que compõem a Biblioteca e a Hemeroteca.

O controle estatístico do serviço oferecido e dos acervos pesquisados ocorre com a utilização de dois instrumentos, sejam o livro de visitas e as fichas individuais dos pesquisadores. Os gráficos abaixo demonstram o número de usuários atendidos e a quantificação dos acervos movimentados:



O Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico foi concebido no ano de 2005, agregando os projetos e as atividades de educação patrimonial desenvolvidas desde 1997. Tais ações sensibilizam a população quanto ao resgate da memória coletiva e da identidade social, a conservação e a preservação dos bens culturais e materiais.

A educação patrimonial é um importante mecanismo de alfabetização cultural que agrega elementos pedagógicos com o objeto patrimônio numa experiência direta, onde bens e fenômenos culturais são compreendidos e valorizados. A apropriação destes bens ocorre a partir de processos educativos, que implicam em: um saber, portanto produção de conhecimento; um agir, logo o estabelecimento de uma prática; uma expectativa de mudança

de valores, conseqüentemente a construção de uma ética, pressupostos esses que alicerçam o Programa de Educação Patrimonial do equipamento.

As atividades em prática, contemplam ações que abarcam elementos constitutivos da instituição e do seu acervo, sejam o patrimônio documental, o patrimônio ambiental e o patrimônio arquitetônico.

Conforme ALBERCH, BOADAS (1991) "El servicio educativo nace con un objetivo fundamentalmente pedagógico, con la finalidad de ofrecer a los alumnos de enseñanza primaria y secundaria un contacto directo con los documentos". Assim, o programa integra diferentes atividades destinadas a um público em idade escolar em seus vários níveis, além do atendimento a discentes do ensino superior, visando atingir os segmentos público e privado. As atividades em desenvolvimento pelo programa são as que seguem:

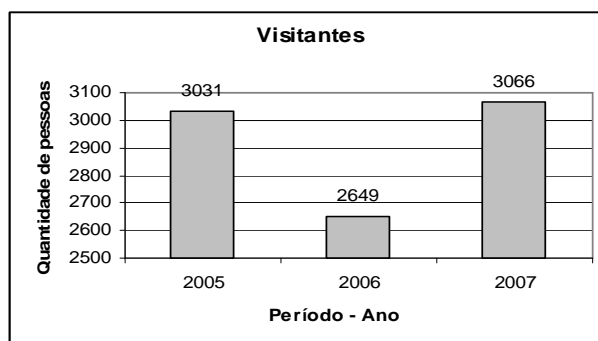
- a) Projeto Vivo Toque: contempla acervo documental, prédios históricos, pesquisa, História e artes cênicas. Envolve o público alvo numa investigação-pesquisa como auxiliares do Detetive Coruja.
- b) Projeto Papel Antigo e Papel Velho: contempla acervo documental, suporte, prédios históricos, história e artes cênicas. A importância da preservação é apreendida de forma lúdica, através de uma personagem que nos remete a figura de uma broca.
- c) Projeto Sensibilização para a vida no âmbito humano, cultural e ambiental: contempla acervo documental, natureza, prédios históricos e artes, construindo uma interface entre meio ambiente, literatura, memória imaterial, artes plásticas e cênicas. Está estruturado em quatro vivências lúdicas: Literatura – os seres da natureza e Patrimônio – medicina da natureza, em desenvolvimento desde 2004; Artes Plásticas – cores da natureza, desde 2007 e Música – sons da natureza, para o segundo semestre de 2008.
- d) Projeto Brincando de Editar: contempla documentos, história do papel e livro. A oficina objetiva desenvolver a percepção da importância e valor do bem cultural livro favorecendo a fruição da arte da literatura.
- e) Projeto Descobrimos a Arquivologia: contempla a Ciência Arquivística, acervo, documentos. A oficina visa à preservação dos bens arquivísticos, o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania e a valorização da cultura brasileira.

f) Visitas guiadas e visitas guiadas com pesquisa: em visita guiada às instalações do Arquivo Histórico, o público recebe informações referentes à organização, à preservação e à conservação documental, além de ambientais, históricas e arquitetônica, apropriando-se intelectual e afetivamente do patrimônio da cidade de Porto Alegre. As demais visitas são encerradas com a realização uma pesquisa, previamente combinada com os professores.

Além dos projetos desenvolvidos, como um marco à consolidação das ações de educação patrimonial, o evento “Brincando no Arquivo” foi criado no ano de 2005 em comemoração ao Dia da Criança. Foi escolhido o dia 10 de outubro para sua realização, sendo hoje parte do calendário do equipamento. São convidadas, prioritariamente, escolas e entidades que acolham e trabalhem com crianças órfãs ou em situação de risco. As atividades desenvolvidas são alternadas a cada ano, envolvendo intervenções cênicas e esquetes dos projetos em prática e oficina de artes plásticas, sendo ainda ofertado lanche ao público participante.

Essas atividades representam ferramenta para-pedagógica importante por enriquecer a vida escolar e colaborar para a capacitação de cidadãos em construção. O Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho demonstra ser instrumento de alfabetização cultural estratégico, na medida em que contribui para implementar a missão da instituição.

As atividades são de responsabilidade de uma equipe constituída por duas Sociólogas, Técnicas em Cultura, e uma estagiária. Os demais servidores colaboram na preparação dos cenários e na adequação dos espaços para a realização desses. Os números atingidos no período de 2005 a 2007 demonstram o público que teve a oportunidade de participar das atividades oferecidas pelo programa, conforme o gráfico abaixo:



Importante, neste momento, é destacarmos o grande número de visitas realizadas por grupos de estudantes universitários, sendo esses, em sua maioria, dos cursos de Arquivologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, e da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, dos cursos de História dos segmentos público e privado, de Biblioteconomia e de Museologia. Desde o ano de 2006, atividades de estágio do Curso de História da UFRGS, habilitação em Bacharelado, vêm ocorrendo na instituição. Tais atividades são estruturadas de maneira a proporcionar ao aluno vivência direta com as atividades desenvolvidas: tratamento técnico, enfatizando-se a descrição, a conservação e o restauro de documentos, educação patrimonial e atendimento ao público. Neste ano, 17 alunos foram recebidos, divididos em dois grupos distintos.

O acolhimento de discentes do Curso de Arquivologia da UFRGS em aulas práticas é uma realidade no Arquivo Histórico desde o ano de 2005. Atividades práticas de descrição, paleografia, história do Rio Grande do Sul, vinculadas às cadeiras do curso, são resultados de um estreitamento de relações entre as instituições e do reconhecimento do potencial do Arquivo Histórico de Porto Alegre e de seus acervos. Em decorrência, no semestre atual, quatro discentes estão, nele, desenvolvendo atividades de estágio obrigatório, sendo supervisionados pela direção. As atividades envolvem transcrição paleográfica de documentos, elaboração de base de dados para a Hemeroteca e a elaboração de uma proposta de Manual de Arquivo.

BARBERÁN PEÑA (2003), afirma que "Los archivos deben de servir del mismo modo a la administración, al ciudadano y a la cultura por igual, y un servicio de archivo sólo será completo si no discrimina ninguno de estos tres agentes", corroborando, dessa forma, que o cumprimento das funções administrativas e obrigações com a municipalidade, das atividades de tratamento arquivístico dos acervos, do atendimento ao público, seja na sala de pesquisa, seja nos projetos de educação patrimonial, compreende as ações desenvolvidas pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre dentro das atuais condições oferecidas, na busca do atingimento dos seus objetivos.

4 Reconhecimentos e desafios

Em meio às necessidades e às práticas incorporadas na municipalidade, no que se refere ao trato das informações da documentação arquivística, podemos identificar conquistas na trajetória percorrida pela instituição.

O processo de reciclagem da Casa 01 teve início a partir da reivindicação da população local no Orçamento Participativo. Localizado num bairro que apresenta carências e problemas com a segurança, a manifestação e a mobilização popular para a instalação do Centro Cultural do Arquivo Histórico é reflexo do reconhecimento da sua importância, a valorização dos serviços oferecidos e a busca do estreitamento de relações da instituição com a comunidade.

Uma das necessidades supridas com a instalação do Centro Cultural foi a existência de um espaço para o desenvolvimento dos projetos de educação patrimonial, essas incorporadas às rotinas do Arquivo Histórico, e para a realização de eventos. Com a ampliação do espaço, a expansão dos projetos e atividades foi facilitada e, nos últimos 10 anos, os dois projetos primeiramente criados, foram multiplicados, trabalhando com novas possibilidades, englobando outros elementos de patrimônio.

Reflexo da expansão do Programa de Educação Patrimonial é a percepção de um novo perfil do público usuário dos acervos. Com uma tradição de acolher o pesquisador enquadrado no perfil mais tradicional, acadêmico e erudito, nos últimos anos, o mesmo vem sendo modificado. As áreas de formação e de interesse mostram-se diversificadas, da mesma forma que os assuntos pesquisados.

O estreitamento de relações com cursos de graduação de Arquivologia e História, no desenvolvimento de aulas práticas e de atividades de estágio, é mais uma conquista obtida, oportunizando ao futuro profissional uma experiência única na sua formação universitária.

Tais constatações nos levam ao entendimento do cumprimento das obrigações da instituição na promoção do acesso à informação e o exercício da cidadania.

Porém, a falta de políticas de gestão de documentos na administração municipal dificulta, sobremaneira, o acesso às áreas produtoras e, da mesma forma, a implementação de ações que regem a produção, o fluxo documental e, principalmente, a realização de avaliação de documentos e a construção de uma tabela de temporalidade.

O desenvolvimento de ações de gestão documental permitiriam que a documentação e informações de caráter histórico não fossem perdidas ou esquecidas nas repartições municipais, chegando ao seu destino, o Arquivo Histórico de Porto Alegre, possibilitando a esse, a priorização das atividades de competência exclusiva de uma instituição que custodia documentos permanentes.

Referências:

ALBERCH Y FUGUERAS, Ramón, BOADAS, Joan. **La función cultural de los archivos**. Administración de la Comunidad Autónoma de Euskadi. Departamento de Cultura, 1991.

BARBERÁN PEÑA, Luis. Archivos y cultura: la difusión cultural en los archivos municipales de la Comunidad de Madrid. **Boletín de la Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas**. Madrid, v.53, N.1. Enero / Marzo. 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 11 jun. 2008, 09:42.

PORTO ALEGRE. **Acto nº 9**, de 15 de junho de 1896. Leis, decretos, actos e resoluções. Período de outubro de 1892 a dezembro de 1895. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre. Vieira, Silvia Rita de Moraes (org.). **Acervos – Hemeroteca: Jornais, Revistas e Almanques**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2004.

_____. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Vieira, Silvia Rita de Moraes (org.). **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

_____. **Acto nº 23** de 05 de outubro de 1919. Leis, decretos, actos e resoluções. Período de janeiro de 1917 a outubro de 1924. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Ato nº 284**, de 17 de fevereiro de 1925. Leis, decretos, actos e resoluções. Período de outubro de 1924 a abril de 1925. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Decreto nº 145**, de 27 de julho de 1928. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Decreto nº 004**, de 04 de janeiro de 1940. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Decreto nº 6971**, 22 de setembro de 1979. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Decreto nº 12.510**, de 04 de outubro de 1999. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Lei nº 1.413**, de 11 de junho de 1955. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Lei nº 6.099**, de 03 de março de 1988. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Lei nº 6.558**, de 19 de dezembro de 1989. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.

_____. **Lei nº 6.387**, de 11 de abril de 1989. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Coleção Legislação.